



ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS: DESAFIOS E NECESSIDADES DA SUA IMPLEMENTAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU.

João Nanfuna¹
Amissão Jorge Nharacó²
Carlinho Fausto Antonio³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir e trazer algumas visões possíveis para a implementação das autarquias na Guiné-Bissau, entidade com funções próprias na qual permitiria uma descentralização administrativa do Estado. Em resposta à vulnerabilidade que as populações do interior enfrentam, apesar destas zonas possuírem campos produtivos e diversos recursos naturais. Ao longo do texto, procuramos desmontar a precariedade que a população rural da Guiné-Bissau enfrenta, situação que resulta da ausência de administração funcional autónoma, pois o capital (Bissau), além de ser a localidade com melhores infraestruturas e “nível de vida”, também usufrui de políticas públicas do governo, razão pela qual tornou o lugar com maior densidade populacional entre as regiões. O trabalho estrutura-se por cinco seções: a introdução, que contextualiza o sistema político e o papel da autarquia na Guiné-Bissau; a metodologia como caminhos percorridos para materialização da pesquisa; resultados parciais obtidos ao longo da investigação; considerações e agradecimentos.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; Multipartidarismo; Eleições antárticas; Descentralização.

Unilab, malês, Discente, j.nanfuna2020@gmail.com¹
Unilab, males, Discente, jorgenhiracamissao@gmail.com²
Unilab, Males, Docente, fausto_escritor@unilab.edu.br³



INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau adotou o sistema político multipartidário em 1993, após dezenove anos de regime monopartidário (1973-1992), liderado pelo Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Nessa transição do regime único para o sistema político partidário e eleitoral, a Constituição da República, no seu artigo 105º n.º 1, previu a implementação das autarquias, como forma de descentralização do poder, permitindo aos governos locais exercerem a autonomia política e administrativa (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 1993). De acordo com Bilhim (2004), a autarquia é um sistema liberal de administração, que corresponde à atividade desenvolvida pelas autoridades com poderes e autonomia de governar as suas áreas de jurisdição, delimitadas por lei.

METODOLOGIA

A metodologia adotada configura no método da pesquisa qualitativa, conjugando revisões bibliográficas como artigos, teses, dissertações que ajudam na materialização do trabalho. Desta maneira, o trabalho iniciou com levantamento dos dados, análises das fontes e, na etapa subsequente, propôs a elaboração do texto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo de três décadas do regime democrático, nenhum governo conseguiu implementar a autarquia na Guiné-Bissau. Como consequência disso, o país carece de infraestruturas e serviços básicos, tais como: hospitais, escolas, água potável, saneamento básico, energia elétrica, estradas, segurança pública e alimentar, principalmente para os moradores de zonas rurais, visto que são abandonados à própria sorte. No relatório publicado pelo Banco Mundial em 2024, aponta o nível de pobreza na Guiné-Bissau com ênfase nas regiões (correspondente às áreas rurais), no qual continua generalizada, tendo aumentado 2,8 pontos percentuais entre 2018 e 2021, o que equivale a mais de 80.000 pobres adicionais. Além de um quadro da economia vulnerável aos choques e riscos climáticos, que agravam ainda mais a pobreza no país.

Falando das zonas rurais ou regiões (interior do país), é visto que sofre frequentemente do fenômeno migratório, Santos (2008) entende a migração inter-regional e rurais-urbano como uma situação ou fenômeno de desigualdade, portanto, as pessoas migram por diferentes condições de vidas esperadas, que na maioria dos casos não restringe à uma razão pessoal, porém, existem vários outros fatores impulsionadores, principalmente da “representatividade”.

Vale mostrar que a economia do país é fortemente dominada pelo setor primário, a exemplo da agricultura que contribui com cerca de 85% do PIB para o mercado internacional (exportação), sendo a principal ocupação de mais de 80% da população (rural-urbano). Enquanto a característica econômica rural é pré-capitalista “não no sentido de estar isolada da economia-mundo capitalista e dos seus efeitos, mas no sentido das suas estruturas agrárias exibirem predominantemente formas pré-capitalistas” (ABREU, 2012 p.16). cujo modo de produção não industrial, impossibilitando o pagamento das atividades produtivas.

Assim, a política econômica (um dos elementos forjadores da centralização) ajuda as pessoas de mais meios econômicos a fazerem da capital um campo de disputa ideológico e política de projetos, o que reflete nos cotidianos e criando choque entre a sociedade (BERCOVICI, 2010). Ainda mostrado por Santos (2012) quando trata de uma economia política da cidade, assim como em várias outras obras do geógrafo.

Com relação à busca de condições de vida na capital, porque não houve uma política de autogestão, ou seja, as populações não conseguem beneficiar das suas produções, o que faz do país dependente externa. Canto

(2023) mostra que centro ou melhor cidade funciona atraindo tudo que é natural e da natureza, para uma relação de troca, de aproximação entre outras. Sem algo em contrapartida. Deste modo, separa agentes criadores de espaços do seguinte modo: os excluídos e donos do poder. Portanto, se as rendas rurais equilibrassem às rendas urbanas haveria diminuição migratória e um estabelecimento do equilíbrio demográfico, ainda minimizando a pobreza.

Em Cabo Verde, por exemplo, a autarquia contribui para a melhoria das condições sociais, permitindo que as populações das aldeias distantes alcancem as políticas do Estado . Essa conquista só foi possível com a intensa luta dos movimentos sociais em colaboração com o governo cabo-verdiano , pois a população de meio-rural, caso da ilha de maio, vivia as variáveis ordens materiais - como a quantidade e qualidade de água potável, habitação, as condições de higiene, números de refeições por dia e qualidade de alimentação (RIBEIRO, 2010).

CONCLUSÕES

Tendo em vista os fatos mencionados, as eleições autárquicas poderiam ser uma das propostas viáveis na redução da pobreza, principalmente para as populações do interior do país. No qual, o poder administrativo será alargado para todo o território nacional, de modo que as populações de aldeias distantes irão sentir presença do Estado e serão atendidas pelo serviço público de qualidade. Do mesmo modo, isso permitiria uma autonomia para que as regiões tomassem determinadas decisões em prol de desenvolvimento e bem-estar social, como também dar legitimidade às populações locais de escolherem seus representantes, além de reduzir as cíclicas instabilidades à volta do poder central.

AGRADECIMENTOS

Expressamos gratidão à UNILAB, e em especial à comissão organizadora da X Semana Universitária, por ter materializado esse importante evento que visa proporcionar aos estudantes apresentarem suas produções acadêmicas. Além do mais, agradecer aos professores avaliadores dos trabalhos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alexandre. Migração e diferenciação de classes na Guiné-Bissau rural. e-cadernos CES, n. 15, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/955>. Acesso em: 29.07.2024.
- BERCOVICI, Gilberto: Política econômica e direito econômico. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, [S. l.], v. 105, p. 389-406, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67907..> Acesso em: 9 set. 2024.
- BILHIM, João. A GOVERNAÇÃO NAS AUTARQUIAS LOCAIS. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação, 2004.
- CANTO, Felipe; viveiros, liana. a disputa por centralidade e os movimentos sociais por moradia digna no centro antigo de salvador/ba. cadernos do ceas: revista crítica de humanidades, v. 48, n. 259, p. 193-224, 2023. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/1161/906>. Acesso em: 12.10.2024.
- RIBEIRO, Hermínia S. H. Gamito. O papel das autarquias na luta contra a pobreza em Cabo Verde O caso da Ilha do Maio. Lisboa: ISCTE-IUL, 2010.
- SANTOS, Milton. O espaço dividido. Tradução: Myrna T. Rego Viana. -2.ed,1 reimpr Editora: Universidade de



São Paulo, 2008.

Disponível em: página Inicial - Instituto Nacional de Estatística da Guine-Bissau (stat-guinebissau.com)..Acesso em: 08 out 2023.

Disponível em :Recursos naturais geram 30% da riqueza da Guiné-Bissau - Observador (link: GuineBissauFinal (cart1525.com) Acesso em: 08 out 2023.

Disponível

em :

<https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/publication/poverty-in-guinea-bissau-a-look-at-pre-and-post-covid-19-trends>. Acesso em: 11/10/2024.

